

## AUDIÊNCIA PÚBLICA “DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CHAMADA PÚBLICA PARA PROJETOS CULTURAIS DA LEI PAULO GUSTAVO”.

Aos tres dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e três, às dezoito horas, no Salão Plenário desta Câmara Municipal deu-se início a Audiência Pública “Discussão e Elaboração do Edital de Convocação e Chamada Pública para Projetos Culturais da Lei Paulo Gustavo”. Abriu a presente Audiência o Vereador Marcelo Chitão, Presidente da Comissão de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, cumprimentando os presentes e lembrou que a Audiência Pública ocorreu de acordo com o Edital 21/2023, sendo divulgada em duas edições de jornais amplamente circulados em Petrópolis, conforme as diretrizes do edital. A audiência pública resultou de um extenso trabalho realizado no Conselho Municipal de Cultura, visando à formulação do edital de convocação e chamada pública para projetos culturais, como desdobramento dos esforços empreendidos anteriormente. Durante a reunião, enfatizou-se a importância da Lei Paulo Gustavo no contexto do edital. Este documento estabelecerá criteriosamente as regras que guiarão o acesso aos recursos disponíveis para artistas de diversos segmentos. Petrópolis receberá um montante superior a dois milhões e trezentos mil reais, destinados ao financiamento de projetos culturais variados. As discussões se concentraram nos detalhes do edital, bem como nas considerações apresentadas pelos participantes, com o objetivo de aperfeiçoar o documento. O resultado desse encontro será submetido à Conferência Municipal de Cultura, agendada para o mês de agosto. Uma vez aprovado, o edital será prontamente publicado. Nesse contexto, a Câmara Municipal reforça sua função como representante da sociedade, impulsionando avanços em prol da cidade. Expressou gratidão a todos os presentes, destacando que esta sessão foi registrada por meio desta ata, a qual estará disponível na página eletrônica do Legislativo Municipal. Na condução dos trabalhos, designou o Vereador Dr. Mauro Peralta como secretário. Além disso, contou com a presença da Vereadora Júlia Casamasso e outros convidados para compor a mesa: a Senhora Diana Iliescu, Presidente do Instituto Municipal de Cultura; Senhor Felipe Laureano, Presidente do Conselho Municipal de Cultura; Senhor Pedro Fernandes, representante do Conselho Municipal de Cultura; Sara Cristiane Monteiro, Gerente de Políticas Públicas do Instituto Municipal de Cultura; Senhora Beatriz Ohana, Conselheira Cultural Audiovisual; Senhora Livia de Lima Miranda, Dirigente Nacional da União Nacional LGBT. Também registramos a presença da Doutora Juliana Barreto, representando o gabinete do Vereador Hingo Hammes. Logo após, passou a palavra a Vereadora Júlia Casamasso que cumprimentou a todos e colocou seu gabinete a disposição da cultura e demonstrou grande apreço e interesse pela matéria. Passada a palavra ao secretário Vereador Mauro Peralta, o mesmo cumprimentou a todos e mencionou que Petrópolis, antes capital cultural do Brasil, porém, ao longo do tempo, a cidade perdeu muitos aspectos culturais. O Vereador ressaltou a importância do setor audiovisual, em particular as Produções César Nunes, e expressou esperança de que parte da verba disponível pudesse ser usada para recuperar o material audiovisual dessa fonte cultural, evitando a perda desse legado. O Vereador Marcelo Chitão, retomou a palavra e explicou que os convidados seriam chamados



nominalmente para o uso da palavra, começando assim pela Senhora Livia Miranda que cumprimentou a todos e agradeceu pelo convite para representar a União Nacional LGBT. Ela parabenizou o Instituto Municipal de Cultura por suas iniciativas ao longo de 2023, especialmente eventos relacionados à visibilidade trans e ao mês do orgulho LGBTQ+. Livia destacou o engajamento crescente de Petrópolis em assuntos LGBT, ressaltando que a cultura é para todos. Ela falou sobre a Lei Paulo Gustavo, sua distribuição de recursos e a importância de recuperar a cultura audiovisual, incluindo as produções de César Nunes, defendeu a inclusão e propôs um sistema de pontuação para diversos projetos, expressou o compromisso de tornar Petrópolis uma cidade culturalmente avançada sob a Lei Paulo Gustavo e comprometeu-se a contribuir com o Conselho Municipal de Cultura. Antes do Presidente prosseguir com as falas convidou o Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Senhor Felipe Graciano, para se juntar à mesa. Passando então a palavra para que na ocasião, diretora e roteirista, representou o audiovisual no Conselho Municipal de Cultura. Ela agradeceu pelo convite em nome do segmento. A Lei Paulo Gustavo foi destacada como um impulso para o audiovisual em Petrópolis e no país. Disse que na audiência, houve a intenção de ouvir a opinião pública sobre a lei e apresentar o trabalho desenvolvido pelo segmento. Propostas elaboradas anteriormente foram votadas e aprovadas no Conselho, sendo incorporadas ao plano de ação municipal. O enfoque foi na descentralização de recursos, capacitação de produtores culturais em áreas remotas e diversificação de projetos. A ênfase foi na democratização, visando destinar verbas para produções mais dispendiosas e fomentar a profissionalização. O diálogo com a diversidade da cidade foi enfatizado como crucial para a construção de um processo democrático. Beatriz Ohana expressou sua gratidão pela oportunidade e resumiu as palavras-chave: democratização e descentralização. Com isso, O vereador Marcelo Chitão agradeceu e passou a palavra para a Senhora Cristiane Monteiro que cumprimentou a todos, incluindo vereadores e membros da mesa, abordou a implementação da Lei Paulo Gustavo, destacando seu caráter emergencial e o recente restabelecimento do Ministério da Cultura, evidenciando a relevância cultural e econômica do setor. Cristiane enfatizou que, devido à pandemia e cortes nas políticas públicas, o setor cultural foi afetado, tornando os recursos da lei consideráveis. Ela mencionou o plano de ações desenvolvido para o uso dos recursos, aprovado em diálogo com o Conselho Municipal de Cultura. Os recursos disponíveis para Petrópolis totalizam 2 milhões e 357.890 reais, divididos em quatro metas específicas, ressaltou a importância do audiovisual, devido à origem dos recursos no Fundo Setorial do Audiovisual e no Fundo Nacional de Cultura. Explicou as ações planejadas, incluindo chamamentos públicos para seleção de produções audiovisuais, apoio a salas de cinema e capacitações. Cristiane também detalhou os chamamentos para outras linguagens, como projetos de cineclubes e linhas temáticas, destacou a relevância da participação da sociedade civil, mencionou os e-mails de contato para esclarecimentos e agradeceu pela oportunidade de estar presente na mesa. O Vereador Dr. Mauro Peralta pediu o uso da palavra, concedendo o pedido o Presidente avisou que teria um momento para perguntas dos presentes na plenária. O Secretário questionou se havia sido enviado um plano de ação para o Ministério Público e qual o prazo que tem para ser feito. Em resposta ao Vereador Mauro Peralta, Cristiane Monteiro informou que o plano de ações já havia sido enviado e aprovado e o termo de adesão assinado após a aprovação. O aguardo seria pelo repasse dos recursos, cujas contas já foram geradas em nome do Fundo

Municipal de Cultura, vinculado ao Conselho Municipal de Cultura. O processo de repasse teria um prazo de 60 dias após a aprovação do plano, e o último repasse foi feito em 30/06. Embora até o momento não tenha sido recebido o recurso desse último repasse, Cristiane espera que ele chegue em breve, tendo em vista que os repasses ocorrem em blocos a cada 15 dias para cidades e estados. Agradecendo o Vereador Marcelo Chitão convida a fazer o uso da palavra o Senhor Pedro Fernandes que representando o Conselho do Direito à Pessoa com Deficiência no âmbito do Conselho de Cultura, começou sua fala com sua autoinscrição na audiência, prosseguiu ressaltando a importância da Lei Paulo Gustavo para a população em geral, incluindo as pessoas com deficiência em Petrópolis. Ele enfatizou que a lei promove a inclusão e o protagonismo das pessoas pretas e indígenas na cultura. Pedro mencionou a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a necessidade de cumprir essa legislação, afirmando que a Lei Paulo Gustavo é uma ferramenta para alcançar esse objetivo no âmbito cultural. Ele abordou três pilares da acessibilidade: sensibilidade, barreiras atitudinais e barreiras estruturais, destacando a importância de olhar para essas questões no contexto cultural. Pedro sugeriu a inclusão de critérios de pontuação e treinamento para os pareceristas, para que avaliem os projetos considerando aspectos de comunicação, atitude e estrutura, a fim de garantir a participação plena das pessoas com deficiência. Ele encerrou seu discurso ressaltando a necessidade de continuar a discussão sobre esses temas. Após, parabenizar Pedro pelas suas colocações e dissertação, o Presidente passou o uso da palavra para o Senhor Felipe Graciano, onde saudou os presentes e relembrou do Dia da Independência da Bahia, destacando a importância de reconhecer histórias apagadas. Ele mencionou o Barão de Guaraciaba e ressaltou a necessidade de narrativas audiovisuais para abordar temas como o racismo, enfatizando o papel do audiovisual na construção do imaginário da sociedade. Felipe abordou as ações afirmativas previstas na Lei Paulo Gustavo, apontando para o decreto que regulamenta essas ações. Ele compartilhou que o processo envolveu escuta e diálogo com diversos segmentos, e apontou para duas abordagens: quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa, enfatizou a importância de projetos com participação majoritária de pessoas negras, combatendo a apropriação cultural. Na qualitativa, destacou a relevância de projetos que abordem temáticas afrodescendentes. Felipe mencionou o mapeamento de grupos de capoeira e regularização de terreiros de umbanda e candomblé como exemplos de avanços na promoção da cultura afro. Ele enfatizou a necessidade de diversidade entre os pareceristas e a descentralização das ações afirmativas, como evidenciado no caso do quilombo da Tapera. Felipe concluiu reforçando o compromisso em assegurar a aplicação das ações afirmativas e a descentralização da cultura. Agradecendo o Presidente passou a palavra para o Senhor Felipe Laureano, Presidente do Conselho Municipal de Cultura, que abordou a importância da Lei Paulo Gustavo para Petrópolis. Destacou a relevância da cultura para o desenvolvimento econômico, gerando empregos e coesão social. Apresentou um slide com detalhes dos editais propostos pelo Conselho, enfatizando a inclusão e diversidade nos projetos. Explorou a distribuição de recursos em âmbito estadual e compartilhou diretrizes do plano municipal de cultura. Falou sobre desafios na descentralização dos recursos e encorajou a participação do público na construção dos editais. Prosseguindo o Vereador Marcelo Chitão passou a palavra para Senhora Diane secretária de Cultura de Petrópolis e presidente do Instituto Municipal de Cultura, que realizou sua autoinscrição na audiência, dirigindo-se aos presentes, especialmente ao presidente da Comissão de Cultura, os vereadores Júlia e Dr.

Mauro Peralta. Agradeceu pelo apoio e reconhecimento dos vereadores à cultura local. Ela valorizou a descentralização dos recursos do governo federal para municípios e estados, promovida pela Lei Paulo Gustavo, ressaltando que isso permite a execução das políticas culturais diretamente nas comunidades. Diana mencionou o acervo César Nunes, uma preciosidade cinematográfica, e explicou sobre os esforços para sua preservação, destacando a importância dos editais para preservação e pesquisa na área audiovisual. Ela também enfatizou a criação de um curso de capacitação para elaboração de projetos culturais e o compromisso de atender às demandas das diversas comunidades da cidade. Diana Iliescu ressaltou o papel do Conselho Municipal de Cultura como um elo entre a sociedade civil e o poder público, incentivando o diálogo para desenvolver a cultura local. O Dr. Mauro Peralta expressou sua satisfação pelo fato de Diana ter exposto sobre a responsabilidade pelo acervo audiovisual de César Nunes. Ele mencionou a importância de transformar esse material em formato de vídeo e expressou preocupação sobre a adequação dos recursos disponíveis para essa tarefa. O vereador ofereceu a colaboração da Câmara de Vereadores para auxiliar na obtenção de financiamento, tanto a nível estadual quanto federal, incluindo emendas impositivas que poderiam ser direcionadas ao projeto. Ele destacou a possibilidade de buscar verba através de emendas parlamentares em Brasília, embora reconhecendo que esse processo poderia ser mais demorado. Além disso, o Dr. Mauro Peralta mencionou o curso de capacitação para projetos culturais, enfatizando sua importância e sugerindo uma maior divulgação para que aqueles que não têm condições de criar projetos também possam ser beneficiados. Diana respondeu afirmativamente e explicou que o acervo de César Nunes está sendo tratado por etapas, com a contratação de pesquisadores e restauradores para organizá-lo e catalogá-lo. Ela destacou que, embora o processo seja gradual, acredita que o prêmio da Lei Paulo Gustavo do estado e os recursos municipais ajudarão nesse esforço. Diana também mencionou a proposta de criar um laboratório de restauração climatizado vinculado à sala de cinema, para garantir a preservação adequada. Sobre os cursos de capacitação, Diana mencionou que o primeiro curso teve quase 200 inscrições e atendeu a cerca de 80 pessoas. Ela planeja levar cursos para os bairros e comunidades, tornando o acesso mais fácil para aqueles que não podem se deslocar até o centro da cidade. Ela incentivou as pessoas a entrarem em contato com o Instituto Municipal de Cultura para solicitar cursos em suas localidades. Diana também expressou o compromisso de promover bandas e apresentações musicais nos bairros, citando a Bauernfest e a Fanfarra da Bauernfest como exemplos. Ela mencionou as propostas para festivais de bandas em setembro e apresentações nos coretos e bairros da cidade. Ela reforçou o desejo de ser o mais democrática possível na promoção da cultura e na inclusão de diversas manifestações artísticas, incluindo bandas e apresentações. O Vereador Marcelo Chitão agradeceu pelos esclarecimentos e destacou a importância dos cursos que ensinam as técnicas de criação e elaboração de projetos culturais, ressaltou a dificuldade que os artistas enfrentam nesta parte burocrática e elogiou a iniciativa de difundir esses cursos nas comunidades e periferias e parabenizou a todos que compareceram à reunião. Logo, convidou as pessoas que se inscreveram para fazer perguntas, tendo como o primeiro inscrito Guilherme Barcelos que começou saudando a todos e expressou a importância de abordar as dificuldades enfrentadas como produtor cultural na cidade. Destacou a necessidade de rever o código de postura da cidade, especialmente em relação aos clubes culturais que fecharam, e sugeriu ações para reutilizá-los. Mencionou a burocratização

na elaboração de projetos culturais, com múltiplos ofícios exigidos, e defendeu a desburocratização desse processo. Ele enfatizou a importância de não apenas atender aos agentes culturais, mas também garantir que os projetos beneficiem a população em geral. Alertou para a responsabilidade dos fazedores de cultura em tornar os projetos acessíveis à população e discutiu a escolha entre diversos projetos pequenos versus poucos projetos maiores, destacando a relevância de projetos de impacto. O Presidente agradeceu a colocação anterior e falou a transparência das palavras de Laureano sobre a questão dos projetos pequenos e grandes. Ele enfatizou que tanto seu gabinete quanto os demais vereadores estão disponíveis para debater as dificuldades e colaborar na busca de soluções. Destacou que a audiência pública é um espaço para esclarecer como a lei Paulo Gustavo será implementada, e que os representantes presentes estão ali para explicar os detalhes e burocracias relacionadas. Quanto à questão dos clubes, reconheceu a complexidade do assunto e propôs que seja debatido em outra oportunidade, reafirmando o compromisso de todos os vereadores em participar dessas discussões. O Vereador Dr. Mauro Peralta respondeu à preocupação sobre o Código de Posturas, destacando que tanto seu gabinete quanto os de Marcelo Chitão e Júlia Casamasso estão abertos para discutir e identificar os artigos que precisam ser modificados. Ele mencionou a possibilidade de alterar o Código de Posturas por meio de uma lei ordinária, que requer 10 votos na Câmara. O vereador se mostrou disposto a trabalhar junto aos outros vereadores para adequar o código de acordo com as necessidades. Quanto à situação dos clubes que fecham, ele explicou que muitos não têm associados e não apresentam resultados favoráveis, mas ofereceu ajuda na divulgação. O vereador reforçou que a Câmara de Vereadores está aberta para auxiliar, especialmente em relação ao Código de Posturas, e se comprometeu a buscar os votos necessários para efetuar mudanças, caso seja considerado necessário. O Presidente prosseguiu com a próxima pergunta feita pelo Mestre de Capoeira e Ator, Evandro de Souza que expressou sua preocupação em relação aos projetos culturais que não têm alcançado efetivamente as comunidades. Ele mencionou sua experiência de mais de 30 anos trabalhando nas comunidades e destacou a importância de garantir que projetos de cultura cheguem às comunidades, não apenas os relacionados à capoeira, mas também outros segmentos culturais. Ele fez um apelo aos vereadores e à Fundação de Cultura para que ajudem a fomentar a cultura e contribuam para afastar as crianças do tráfico nas comunidades. O Presidente expressou a relevância da colocação feita pelo convidado, ressaltando sua trajetória prévia de trabalhar com projetos nas comunidades antes de se tornar vereador. Ele reconheceu a importância de projetos que alcancem as periferias e compartilhou sua própria experiência de mais de 20 anos como comerciante elaborando projetos que, apesar de não terem sido contemplados, são conduzidos por pessoas dedicadas e voluntárias. O vereador demonstrou confiança na secretária de Cultura e enfatizou seu otimismo quanto à pulverização dos projetos culturais nas comunidades, citando exemplos concretos de ações bem-sucedidas em sua região de atuação. Ele concluiu afirmando a possibilidade de expansão e alcance das periferias com o apoio necessário e passou a palavra para o Laureano que enfatizou a distinção entre "levar cultura para a comunidade" e o verdadeiro objetivo da lei Paulo Gustavo e do conselho que ele preside. Ele destacou que a intenção é potencializar a cultura local, identificar os talentos dentro de cada bairro e região, e proporcionar oportunidades para artistas locais emergirem. Ele enfatizou que o enfoque é capacitar e profissionalizar, ensinando as pessoas como captar recursos e

obter renda por meio da arte e cultura. Loreano frisou que esse ensinamento não é limitado a Petrópolis, mas é uma metodologia a ser aplicada em todo o estado e município. Ele salientou que a ideia é que as pessoas possam se envolver e vivenciar a cultura local, como a possibilidade de ir a um evento de forró em seu próprio bairro, ao invés de apenas trazer produtores de fora para apresentações pontuais. A abordagem busca fortalecer e potencializar as identidades artísticas das comunidades. Antes de passar a palavra para o Secretário, o Vereador Marcelo Chitão enfatizou que, apesar das diferentes maneiras de expressar, o cerne do objetivo é valorizar os artistas e suas contribuições para a cultura local. O secretário expressou a sua mensagem à secretária, mencionando o Presidente e o circuito cultural e de lazer de Cascatinha, destacou o valor cultural da região, mencionando uma obra de arte tombada pelo patrimônio e a presença de artistas locais, como a banda Primeiro de Setembro, que faz parte do circuito proposto pelo vereador Marcelo Chitão como uma meta pessoal para o próximo ano. O Presidente agradeceu a colocação do Secretário e passou a palavra ao Evandro que reiterou o termo "levar" mencionado anteriormente e destacou a diferença entre "levar" e "potencializar". Ele enfatizou que, de fato, nunca houve algo antes, e a necessidade de levar a cultura para as crianças para que elas possam se descobrir e, a partir desse ponto, potencializar suas habilidades. Sua intenção era expressar que, se nada chega até lá, como as crianças podem se desenvolver? Ele esclareceu que seu ponto se referia a esse aspecto. Agradecendo o Presidente a palavra para a próxima inscrita Lilian Regina que saudou a todos e cumprimentou o vereador Marcelo. Ela expressou sua preocupação em relação às capacitações nas comunidades e questionou como será o próximo passo após o curso. Ela mencionou a importância de informar os empreendedores da comunidade com confiança, usando o conhecimento adquirido no curso. Ela destacou a abordagem de compartilhar o que a comunidade tem e aprender com o que é ensinado, enfatizando a importância da troca de conhecimentos. Além disso, ela ressaltou a relevância da pesquisa histórica, mencionando o maestro negro Mas sendo de Freitas e sua contribuição para a cidade. Ela expressou a preocupação sobre como transmitir essa informação de forma impactante para a comunidade. A Secretária Diane agradeceu à pergunta da Lilian, liderança da Vila Ria e explicou que estão abrindo um cadastro para multiplicadores que ensinarão cursos culturais nas comunidades. Esses multiplicadores serão selecionados e remunerados conforme a Lei Paulo Gustavo. Ela mencionou o mapeamento do setor cultural e a importância dos cadastros para justificar investimentos públicos. O cadastro municipal de cultura será retomado com um novo site. Diane encorajou Lilian a se cadastrar como multiplicadora e enfatizou a potencialização da cultura local, convidou todos a aproveitar a oportunidade para transformar ideias em projetos culturais. Graciano destaca que na última festa afro, houve homenagem e reconhecimento à contribuição intelectual de Damasceno para a formação musical da cidade. Ele também elogia o comprometimento da Secretária de Cultura, Diana. Graciano menciona um projeto de orquestra afro, a Orquestra do Crédito Damasceno Mais Futuro, ressaltando o empenho na promoção da musicalidade negra na cidade. O próximo inscrito foi o Senhor Adilson Santana que expressou a esperança de que as promessas feitas durante a audiência pública se concretizassem. Referiu-se a experiências anteriores em audiências públicas de esportes, onde promessas não foram cumpridas. Ele compartilhou seu envolvimento na capoeira por mais de 40 anos e destacou a riqueza cultural de Petrópolis. Mencionou o abandono do Teatro Municipal e ressaltou a importância da restauração do painel da Djanira.

Comentou sobre projetos de capoeira em comunidades e a falta de apoio do poder público. Criticou a burocracia petropolitana e a necessidade de reconhecimento baseado no mérito. Discutiu a falta de implementação de leis relacionadas à capoeira nas escolas municipais. Referiu-se a projetos de lei anteriores e a importância de aproveitar os recursos da Lei Paulo Gustavo de forma eficaz, elogiando a capacitação oferecida pela secretaria e esperando uma mudança na abordagem burocrática. A Vereadora Júlia Casamasso questionou se o projeto de lei para instituir a Capoeira nas escolas municipais foi sancionado e se era uma lei do município, tendo uma resposta afirmativa de Adilson. A Secretária de Cultura agradeceu as preocupações levantadas por Adilson e reconheceu as aflições que ele compartilhou, destacando que também compartilha de muitas delas. Ela corrigiu a informação de que o Teatro Dom Pedro e o painel da Djanira estariam abandonados, explicando que estão enfrentando desafios e atrasos em relação a projetos de restauração. O painel de Djanira passou por um processo de licitação, porém houve contratemplos devido ao falecimento do responsável pela empresa vencedora. No caso do Teatro Dom Pedro, problemas técnicos e burocráticos afetaram a obra de restauração, levando à decisão de finalizar o contrato anterior e lançar uma nova licitação. A Secretária enfatizou o compromisso da prefeitura em resolver essas questões e garantir a preservação e funcionamento adequado dos equipamentos culturais da cidade. Ela também incentivou a apresentação de projetos culturais ao Instituto de Cultura, priorizando a contratação de realizadores locais e ressaltando a importância de fortalecer a cena cultural de Petrópolis. Felipe Laureano, complementou a fala da Secretária de Cultura, Diane, trazendo à tona uma solicitação antiga do Conselho de Cultura: a abertura de chamadas abertas para participação nas festas municipais. Ele destacou a importância de promover a participação da sociedade nas decisões culturais e ressaltou que o Conselho de Cultura é a solução para muitas questões, independente das mudanças de governo, já que sua atuação é contínua. Ele enfatizou que a lei Paulo Gustavo e a Aldir Blanc são importantes fontes de recursos, sendo o Conselho responsável por deliberar sobre sua distribuição de forma democrática e transparente através de editais. O curso de capacitação é uma forma de superar obstáculos e permitir um acesso mais amplo aos recursos públicos. Felipe também sublinhou o papel do Conselho na construção de políticas públicas de longo prazo, que ultrapasse os mandatos políticos, garantindo um legado para as próximas gerações. Ele destacou a importância de traduzir o discurso em ações concretas, envolvendo esforços individuais e coletivos para o desenvolvimento cultural da cidade. Cristiane Monteiro elogiou a ordem das falas de Felipe e ressaltou avanços na desburocratização de processos de seleção de projetos culturais. Ela destacou mudanças que permitem avaliar projetos antes da documentação fiscal, visando maior inclusão de artistas e produtores menos familiarizados com a burocracia. Citou o decreto do fomento cultural, simplificando seleção e prestação de contas, e mencionou a realização de seleções online. Cristiane frisou que buscam maior inclusividade e flexibilidade no edital da Lei Paulo Gustavo, evitando desclassificações por questões burocráticas, sem comprometer a qualidade das propostas. Continuando o Presidente passa a palavra para o próximo inscrito o arquiteto, Paul que destacou a importância de simplificar processos e descentralizar projetos culturais, especialmente considerando sua experiência em acessibilidade e atuação com refugiados sírios. Ele sugeriu aproveitar a reformulação do site da prefeitura para reunir projetos parados, permitindo que novos fazedores de cultura os retomem. Paulo também propôs ampliar a divulgação da Lei Paulo

Gustavo para outros conselhos, visando abranger diversas áreas e grupos. Ele questionou sobre a previsão dos próximos editais, tanto a nível municipal quanto estadual, e perguntou se os multiplicadores de projetos culturais precisariam se preparar mais antes das inscrições, mencionando que espera que os editais sejam lançados a partir de agosto e outubro. Explicou que o site poderia ser usado para divulgar atividades em andamento, especialmente aquelas que foram cultivadas ao longo dos anos. Isso permitiria que o público, incluindo as autoridades municipais e os membros do conselho, estivesse ciente desses esforços, facilitando o processo. Em alguns casos, os praticantes culturais podem não estar cientes de projetos anteriores que poderiam inspirá-los ou orientá-los. Essa abordagem não apenas contribuiria para a descentralização, mas também promoveria um intercâmbio dinâmico dentro da comunidade. O Teatro Municipal, por exemplo, poderia incorporar elementos temáticos de empreendimentos anteriores, possivelmente por meio de mini-capacitações ou exposições. A intenção não é replicar, mas enriquecer e avançar ideias, criando uma plataforma que destaque o que já foi realizado. Em relação aos editais, a Secretária mencionou que aguardava a entrada dos recursos. Assim que os recursos fossem recebidos, seria necessário elaborar um decreto municipal para regulamentar o uso e incluir no orçamento. Acredita-se que esse processo passaria pela câmara municipal para aprovação, com a indicação exata da fonte de execução. Em seguida, o Conselho Municipal de Cultura, por meio de sua comissão de projetos, desenvolveria o escopo dos editais, incluindo categorias, critérios e valores. A intenção é lançar os editais em agosto ou setembro, incentivando os interessados a prepararem seus projetos. O Instituto estaria à disposição para esclarecer dúvidas e, uma vez que os editais estivessem disponíveis, os candidatos poderiam ajustar seus projetos com base nos critérios estabelecidos. A Secretária também destacou a flexibilidade de prazo proporcionada pela lei Paulo Gustavo, permitindo a execução dos projetos não apenas no ano corrente, mas também no próximo. Laureano, respondeu rapidamente às perguntas. Ele indicou que a previsão para os editais seria entre setembro e outubro. Mencionou que o edital do Fundo Municipal de Cultura já havia sido encaminhado em fevereiro para aprovação em outras instâncias. O objetivo era garantir que o edital estivesse disponível o mais rápido possível, especificamente o edital Alan Sasuke, com um montante de cerca de 500 mil reais para ser executado com verba municipal. Além disso, ressaltou que o trabalho visava assegurar que o dinheiro estivesse disponível para os produtores até outubro deste ano, a fim de dar continuidade às ações planejadas e executá-las ao longo de 2024. O Vereador Mauro Peralta solicitou ao senhor Paul que apresentasse suas demandas, visando identificar maneiras de colaborar pela câmara, independentemente das ações da prefeitura. Além disso, manifestou a disposição do seu gabinete, assim como dos outros dois vereadores, em ajudar e aprender com ele, para garantir que as decisões tomadas sejam cobradas e implementadas de forma eficaz. A Sra. Cristiane Monteiro destacou que o Conselho de Cultura agendou para a próxima reunião a discussão dos parâmetros do edital, convidando todos para participar presencialmente. Ela enfatizou a importância de entender os detalhes das contratações enquanto aguardam o recurso. A Sra. Monteiro também convidou para participar das reuniões do Conselho, onde serão tomadas decisões sobre o uso dos recursos, ressaltando a possibilidade de os projetos ocorrerem no próximo ano, embora os repasses sejam feitos neste ano, graças a um decreto que permite repasses antecipados. O Vereador Marcelo Chitão expressou suas desculpas, mencionando que outras pessoas também queriam



fazer perguntas, mas o tempo regimental precisou ser respeitado. Ele reconheceu a presença de três pessoas inscritas e pediu brevidade, observando que outras também gostariam de fazer perguntas, embora não fosse possível ceder a todas devido ao limite de tempo. Passando a palavra para Valmor Bastos representante da rádio Mandela digital em Petrópolis, destacou a identidade cultural única da cidade relacionada ao Patrimônio Histórico, mas também mencionou movimentos culturais menos óbvios, como o funk e o rap, que geram empregos e renda para a juventude. Ele questionou como garantir a inclusão dessas diversidades nos editais culturais, especialmente para proponentes que nunca foram contemplados anteriormente nas políticas culturais locais. Diane sugeriu a possibilidade de discutir no Conselho de Cultura a criação de uma cota para pessoas que nunca foram contempladas por editais em Petrópolis, visando proporcionar oportunidades a novos proponentes. Ela destacou a importância de seguir a lei de licitações, que requer certidões de regularidade fiscal, mesmo que a prefeitura tenha facilitado temporariamente essa exigência durante o período de emergência. Diane ressaltou a necessidade de capacitação para compreender e seguir as regras, e enfatizou o papel de todos em divulgar as informações sobre os editais, principalmente por meio das redes sociais e comunicações pessoais, para ampliar o acesso aos recursos disponíveis. Beatriz Ohana destacou a importância do momento em relação ao audiovisual, especialmente com a verba inédita proveniente da lei Paulo Gustavo. Ela enfatizou a oportunidade de descentralização e mapeamento para envolver fazedores de audiovisual que geralmente não são contemplados. Beatriz convidou ativamente os interessados a se juntarem ao grupo "Áudio Visual.Petrópolis" no Instagram e ressaltou as ações em andamento para auxiliar pessoas a se inscreverem nos editais e criarem portfólios. Ela sublinhou o apoio ao segmento de vídeos, enfatizando a importância de trazer mais profissionais para ampliar a mão de obra disponível. Beatriz fez um apelo à juventude e colegas para participarem das discussões e contribuir para o cenário audiovisual local. O Presidente agradeceu a fala e convidou o próximo inscrito para fazer o uso da palavra, Jean Lordelo presidente da União dos Estudantes de Petrópolis (UEP), destacou a importância da discussão e mencionou sua formação em um colégio público com curso técnico em audiovisual. Ele expressou preocupação com jovens que se formam nessa área e não encontram apoio na cultura após a formação, muitas vezes direcionando-se para outras áreas. Jean anunciou que a UEP realizará um mutirão nas escolas para auxiliar os estudantes a preencherem o edital público e a participarem ativamente, ressaltou o desejo de descentralizar as oportunidades e alcançar os jovens talentos na base. Diane expressou total acordo com a ideia e enfatizou a importância de proporcionar oportunidades de mercado de trabalho para os alunos formados no ensino médio integrado em audiovisual, citando o Colégio Pedro II como exemplo. Ela ressaltou o orgulho da formação de mão de obra qualificada para a cidade e defendeu a valorização contínua desses jovens, apontando a necessidade de criar um mercado de trabalho sólido para eles. O Presidente agradeceu e passou a palavra para o último inscrito, João Vitor Ferreira onde , levantou uma questão sobre a garantia da continuidade dos projetos que forem contemplados pelo edital. Diane destacou que os editais são inicialmente para projetos pontuais, com objetivos específicos, como apresentações, filmagens, gravações, entre outros. Porém, ressaltou a importância dos projetos continuados. Mencionou o projeto em desenvolvimento com a Secretaria de Educação, a Rede Petrópolis de Aprendizado pelas Artes, que visa capacitar estudantes em diferentes linguagens artísticas nas escolas. Esse

esforço busca não apenas desenvolver habilidades artísticas, mas também fornecer conhecimento sobre como ganhar dinheiro e viver da arte. Diane também mencionou a expansão desse projeto no próximo ano, buscando garantir acesso à cultura para todos os jovens e crianças da cidade, inclusive em áreas como Araras. Ela encorajou os participantes a submeterem seus projetos aos editais para contribuir com o enriquecimento cultural de Petrópolis. O Vereador Marcelo Chitão agradeceu à Secretária e convidou os presentes para suas considerações finais, destacando a presença da vereadora Júlia Casamasso e em seguida, mencionou o convite ao vereador secretário, Dr. Mauro Peralta. Com isso, a vereadora Júlia destacou a importância do comprometimento sério deste espaço para identificar as necessidades da cidade. Ela enfatizou que os encaminhamentos feitos apontam para a centralidade da descentralização das verbas de fomento à cultura, visando contemplar aqueles que nunca foram incluídos como fazedores de cultura. Isso, segundo ela, resultará em geração de renda, emprego e democratização da cultura. Júlia reforçou que a cultura é fundamental para cultivar uma sociedade melhor, incluindo as diferenças e proporcionando acesso à cultura para todos. Ela encerrou agradecendo e desejando boa noite. O Vereador Dr. Mauro Peralta abordou diversos pontos importantes em sua fala. Ele mencionou que as considerações feitas por todos os presentes serão registradas em ata e distribuídas. Destacou a presença da Dra. Juliana Barreto representando o gabinete do Vereador Hingo Hammes e ressaltou que os representantes da prefeitura cumpriram seu papel, apresentaram o plano aprovado e aguardam o repasse. Ele citou a preocupação com a acessibilidade, não apenas em relação a Libras, mas também em permitir a participação plena das pessoas em projetos culturais. O Vereador apontou a necessidade de atender as minorias e comunidades, valorizando diferentes expressões culturais. Referiu-se ao Projeto Audiovisual e parabenizou pelo aumento no financiamento. Finalizou comentando sobre a necessidade de realizar audiências para cobrar a implementação do que foi discutido e agradeceu ao presidente da Comissão de Cultura. O Vereador Marcelo Chitão expressou sua gratidão durante a audiência. Pediu desculpas por não conseguir ouvir todos devido ao tempo regimental limitado. Reforçou que tanto os gabinetes como o conselho e o instituto estão à disposição para ajudar. Agradeceu a todos pela presença e enfatizou que a Câmara Municipal sempre busca o interesse da cidade. Destacou que a audiência proporcionou uma discussão aprofundada sobre os detalhes dessa fase importante para os envolvidos na produção cultural da cidade. Novamente, agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Audiência Pública às dezessete horas e quarenta e um minutos. E eu, Anna Carolina Bastos Ferreira, Assistente de Apoio às Comissões, escrevi esta para constar e assino. Petrópolis, 10 de agosto de 2023.

  
Vereador Marcelo Chitão

Presidente da Comissão de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer

*Mauro Peralta*

*Casamasso*